

Congresso deverá modificar pontos do pacote

Parlamentares criticam aumento do Imposto de Renda e ACM defende alternativas para que contribuinte não saia perdendo

Denise Rothenburg, Maria Lima e Sandra Boccia

BRASÍLIA, SÃO PAULO e RIO. O pacote anunciado pelo Governo deverá ser mudado no Congresso. A começar pelo presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), a maioria dos parlamentares que foi ao Congresso ontem criticou pontos do pacote, em especial o aumento do Imposto de Renda para pessoas físicas, que será implementado por medida provisória. Antônio Carlos disse que, se o que interessa ao Executivo é obter o valor global de R\$ 20 bilhões com o ajuste, caberá agora ao Congresso buscar outras alternativas para garantir essa receita, evitando o aumento da carga tributária.

— No caso de aumento de imposto, o Governo vai precisar do R\$ 1 bilhão que diz respeito à aumento da carga tributária, mas não deveria ser de pessoa física. Poderia se tirar de outras fontes sem taxar mais ainda a pessoa física — disse Antônio Carlos.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, tentou convencer o senador da necessidade das medidas, mas não conseguiu. Antônio Carlos deverá ter o apoio do PPB do senador Esperidião Amin (SC). O deputado Delfim Netto (PPB) reclamou da demora do lançamento das medidas econômicas, que considerou corretas num primeiro momento.

Dirceu afirma que pacote não atinge banqueiros e oligarquias

O presidente do PT, José Dirceu, disse que os assalariados e as classes médias serão punidos, enquanto os banqueiros, as oligarquias e donos de grandes fortunas ficam de fora. O líder do PMDB na Câmara, Geddel Vieira Lima (BA), disse que, em linhas gerais, não há grandes problemas mas defenderá alternativas ao aumento de impostos:

O presidente Fernando Henrique já sabe das dificuldades que enfrentará para manter o pacote intacto e disse aos líderes que, se

o Congresso der alternativas para a enção dos R\$ 20 bilhões, elas são bem-vindas. Ontem, ele conversou por telefone com o presidente do Senado e reuniu os ministros do Governo e o vice-presidente Marco Maciel para traçar estratégias de tramitação, ponto que mais preocupa o Governo.

Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), líder do Governo na Câmara, evitou falar do pacote, assim como o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP).

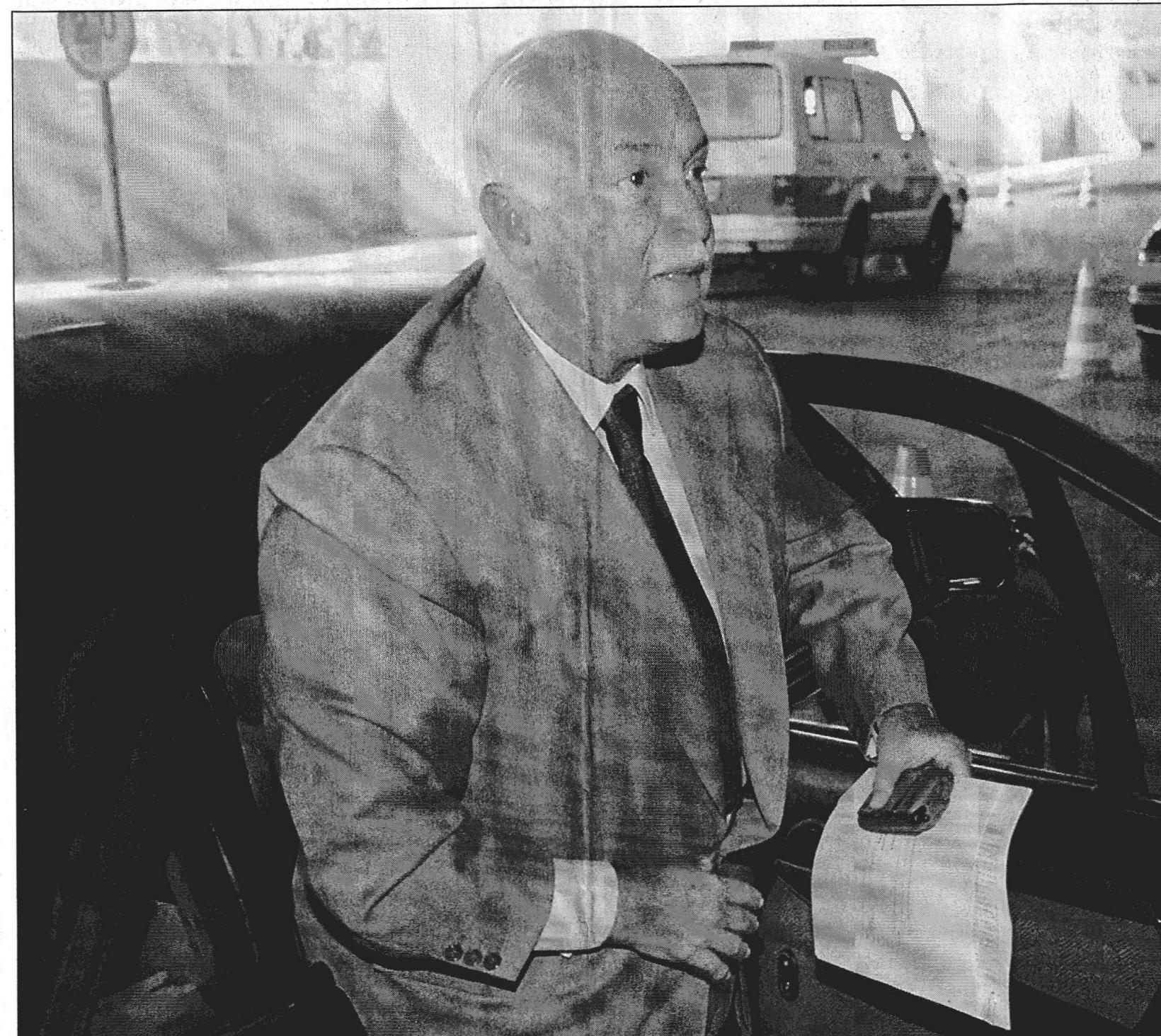
O único partido que se mostrou disposto a aprovar as medidas sem mudanças foi o PSDB. O presidente do partido, senador Teotônio Vilela (AL), levou ontem à tarde ao presidente uma nota da executiva manifestando total apoio ao pacote. O líder tucano Aécio Neves (MG) conversou com Fernando Henrique no domingo à noite e ontem no Congresso era voz isolada em defesa da aprovação na íntegra:

Entre as alternativas que o Congresso começa a estudar hoje estão uma taxação maior para as bolsas de valores, os lucros das maiores empresas do país e aumento ainda mais as taxas de embarque e desembarque para brasileiros que vão para o exterior.

O ex-ministro da Fazenda Ciro Gomes, provável candidato do PPS à Presidência da República, considera o pacote ineficaz, injusto e difícil de ser posto em prática em ano eleitoral.

A economista e deputada federal Maria da Conceição Tavares (PT-RJ) disse que o Governo, com as medidas anunciamas, está protegendo justamente os responsáveis pela crise, que segundo ela são os especuladores internos.

Paralelamente ao pacote, o Congresso tem ainda na pauta as reformas constitucionais. Esta semana, estará em votação na Câmara a lei que regulamenta a prorrogação da Contribuição sobre Movimentação Financeira (CPMF) por mais um ano. No Senado, será a vez do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF). ■



O SENADOR ANTÔNIO Carlos Magalhães chega ao Congresso depois de almoçar com Pedro Parente: restrições ao aumento do Imposto de Renda